

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE**

**GÊNERO, MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA: UM OLHAR DA  
PSICANÁLISE**

**Tales Furtado Mistura**

Monografia de Conclusão de Curso de  
Especialização de Teoria Psicanalítica  
da Pontifícia Universidade Católica de  
São Paulo

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Teresa Endo

**São Paulo  
2013**

## **Resumo**

Os estudos de gênero se iniciaram com os estudos feministas e desenvolveram-se na área da antropologia. Já a psicanálise, ao longo de sua história, pouco se debruçou com as questões de gênero. Para Freud, a existência dos dois gêneros ou sexos e suas resultantes diferenças psicológicas entre os indivíduos pertencentes a cada um deles se explicam a partir da percepção das diferenças anatômicas entre os sexos. Este trabalho aborda os estudos de gênero e de masculinidades provenientes da área da antropologia, procurando dialogar com a psicanálise freudiana, a partir da experiência de coordenação de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher. Pode-se considerar através dos relatos de tais homens, que no atual contexto sócio-histórico, com o avanço dos direitos das mulheres e principalmente sua emancipação no mercado de trabalho, experiencia-se uma maior dificuldade de aproximação da masculinidade hegemônica, modelo este tido como ideal de ego masculino, o que se associa ao modelo ideal de referência paterna, posição almejada igualmente inalcançável e inatingível. A distância de seu ego para com seu ideal de ego faz com que o indivíduo sinta-se fracassado e inferiorizado, sendo a violência uma tentativa de retomada de seu poder originalmente perdido. Os papéis de hegemonia masculina sempre foram associados ao provedorismo material e moral de casa. Essas funções aos poucos foram sendo diluídas na família, a mulher empoderada, e o homem desapropriado dos papéis que o constituíam sua identidade. Percebe-se que essas figuras parentais estão em rearranjo e que isso provoca um sentimento de angústia e desamparo no homem.

**Palavras-chave:** Psicanálise, Gênero, Masculinidades, Violência

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
2. BREVE HISTÓRICO.....	6
3. GÊNERO.....	9
4. PSICANÁLISE E GÊNERO.....	10
5. MASCULINIDADES.....	16
6. PSICANÁLISE E MASCULINIDADES.....	20
6.1 Narcisismo.....	20
6.2 Violência e Psicanálise.....	22
<b>7. DISCUSSÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>31</b>
<b>9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>32</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Em 2009, enquanto ainda era graduando de Psicologia pela PUC, ingressei em um estágio na Casa Eliane de Grammont, um centro de referência para mulheres em situação de violência doméstica da Prefeitura de São Paulo. Neste local, eu realizava atendimentos supervisionados individuais para essas mulheres. Foi assim que comecei meu trabalho e meus estudos relativos à violência de gênero. Graduei-me após dois anos e fui indicado para trabalhar na ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, instituição na qual permaneço até hoje e aonde realizo desde o começo de 2011 um grupo reflexivo para homens autores de violência doméstica.

O interessante desse meu percurso é que tive a oportunidade de estar dos dois lados. Em primeiro momento, eu acolhia o sofrimento incessante e desesperado das mulheres, a vulnerabilidade e a fragilidade extrema, assim como elas colocavam. O sofrimento era vívido, presente em todas as instâncias, lágrimas corriam vertiginosamente. Não era incomum eu notar em breves relances que havia algum tipo de satisfação em todo aquele sofrimento. Apesar de estarem de fato em uma situação delicada, era notável um gozo de estar naquela posição de passividade, de meros objetos com poder mínimo de expressão.

O trabalho com os homens, apesar de ser previsto de Lei Maria da Penha (11.340/2006), é muito escasso em cenário nacional. Na cidade de São Paulo o único trabalho existente que visa atender os homens é o realizado pela ONG já mencionada, e vale citar que é um trabalho não remunerado. Os homens que são atendidos são encaminhados por medida judicial e tem que frequentar ao menos dezesseis encontros.

Minhas impressões da vivência com os homens são muito diferentes. O homem sofre em silêncio. Os "rios de lágrimas" derramados pelas mulheres contrapõem o deserto dos olhos dos homens. Os espaços de socialização dos homens não permitem com que eles falem sobre si mesmos. Seja, no jogo de futebol, ou no bar com os amigos, o homem não tráz à tona seus problemas, e as poucas vezes que tráz, recebe conselhos não muito produtivos, incentivando o machismo e a violência. O homem vitimiza, mas também é muito vitimizado. Porém não é muito comum ver um homem com um discurso

passivo, fragilizado, mas sim com um discurso agressivo e hostil. Parece que quanto mais violento for o seu discurso, mais defensiva é sua posição e mais frágil ele se encontra. Eles temem serem "menos homens" se exibirem um discurso "sofrido", afinal, desde pequenos aprenderam que "chorar é coisa de mulher".

O grupo reflexivo para homens autores de violência doméstica acolhe, questiona, responsabiliza, troca experiências, compartilha e propõe a superação da lógica dicotômica e preconceituosa machista em favor da elaboração de uma nova perspectiva sobre as masculinidades e propõe a aquisição de formas não-violentas de resolução de conflitos. No grupo, são discutidos temas variados como masculinidade, feminilidade, paternidade, sexualidade, violência, através do uso de vídeos, notícias de jornal, enfim, materiais que possam elucidar e embasar as discussões.

O referencial teórico utilizado é a perspectiva de gênero, e que discute a violência contextualizada sócio-historicamente, em interação e em determinadas circunstâncias. Esta proposta diverge das ideologias de discurso patriarcal, no sentido de compreender que a violência é legitimada e incentivada culturalmente se exercida com fins "disciplinadores" e perpetrada por um indivíduo "dominante" contra um "subordinado", ou seja, inserida na lógica de gênero. Esta perspectiva exclui a busca da explicação da violência em prévia patologia individual, tipologia ou psicopatia. Sendo assim, a emergência da violência responderia à necessidade masculina de re-colocar elementos associados à honra, autoridade e poder na relação quando esta é questionada ou está em crise. Para o homem, a violência seria uma possibilidade de resposta à demanda de desempenho de seu papel social.

Os estudos de gênero, assim como será desenvolvido posteriormente, se iniciaram com os estudos feministas e debruçaram-se na área da antropologia. Este trabalho, portanto aborda os estudos de gênero e de masculinidades provenientes desta área, procurando-se assim dialogar com a psicanálise freudiana para obter uma maior compreensão da violência de gênero.

## **2. Breve histórico**

Thomas Laqueur remonta de maneira magistral as concepções ocidentais de sexo e gênero em seu livro "Inventando o sexo - corpo e gênero dos gregos a Freud". Durante milhares de anos acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália do que os homens, só interna. Galeno, no século II d.C. desenvolveu o mais poderoso modelo da identidade estrutural dos órgãos reprodutivos. Ele demonstrava detalhadamente que as mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital - de perfeição - resultara na retenção interna da genitália. Assim, a vagina era vista como um pênis interno, lábios como prepúcio, útero como escroto e ovários como testículos.

Na obra "O banquete" de Platão, essa lógica é bem exemplificada. Durante o banquete, discute-se sobre Eros (amor), e muito é dito acerca da relação entre os erastas e os erômenos. Erômenos eram adolescentes do sexo masculino envolvidos em uma relação amorosa com os erastas, homens mais velhos geralmente aristocratas. Essa era considerada a relação de amor mais digna e sublime possível, pois a mulher era considerada um ser inferior, tais como os escravos e estrangeiros.

Essa visão de "sexo único" perdurou até o século XVIII. A linguagem marca essa visão da diferença sexual. Por dois milênios o ovário não tinha nome específico. Ele passou a ser considerado essencialmente feminino somente no século XIX. Antes usava-se a mesma palavra que se referia aos testículos.

Assim vários autores (Michel Foucault, Ivan Illich e Lawrence Stone) concordam que no final do século XVIII um novo modelo de dimorfismo sexual, de divergência biológica deu lugar a uma metafísica de hierarquia na representação da mulher com relação ao homem. - antes o objetivo e a causa final era o homem, mas é a partir deste século que passaram a considerar as diferenças anatômicas. Assim, o eixo estabelecido entre homens e mulheres até então verticalizado e hierárquico torna-se horizontalizado, como pólos opostos. A visão dominante do século XVIII era que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e que a vida social, política, econômica e cultural eram de certa forma baseados nesses "fatos".

LAQUEUR (2001) vai dizer que no primeiro momento, o momento do "modelo de sexo único", foi onde se falou mais diretamente sobre a biologia de dois sexos, que era mais arraigada no conceito do gênero, na cultura. Ser homem e ser mulher era uma posição social acima de tudo, era ter um lugar na sociedade, ter um papel cultural, estar em uma hierarquia. Em outras palavras, o sexo antes do século XVIII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica.

No final do século XIX, com avanços tecnológicos, essa nova diferença (o modelo de dois sexos) também poderia ser vista no ponto de vista microscópico. Tentou-se fazer uma essencialização entre as diferenças biológicas e suas "resultantes diferenciações psicológicas e sociais" em cunho científico.

LAQUEUR (2001) ainda vai dizer que os avanços do século XIX na anatomia do desenvolvimento referiam-se às origens comuns dos embriões de ambos os sexos, um embrião morfologicamente andrógino. Portanto, aquele isomorfismo galênico era real a nível embrionário (pênis como clitóris, ovários como testículos etc), havia evidência científica para apoiar a versão antiga caso fosse culturalmente relevante.

Por outro lado só houve interesse em buscar evidência de dois sexos distintos, pois essas diferenças anatômicas já se tornaram politicamente importantes. Quando essas descobertas foram feitas, elas já eram marcadas em sua representação pela política de poder do gênero. Portanto não foi só a epistemologia biológica que produziu dois sexos opostos, pois ela ocorreu em certas circunstâncias políticas, compreendida como competição de poder, que criou novas formas de constituir o sujeito e as realidades sociais. Com isso LAQUEUR diz que não é a ciência que dita a história, mas a história que dita a ciência.

No final do Iluminismo, a ciência médica passou a considerar o orgasmo feminino irrelevante para a geração. O orgasmo antes considerado um processo arraigado nos corpos do homem e da mulher, foi reduzido a um mero bônus. O autor diz que assim abriu a possibilidade da passividade e da "falta de paixão" da mulher. A independência da concepção em relação ao prazer criou o espaço no qual a natureza sexual da mulher podia ser redefinida,

debatida, negada ou qualificada. Então as mulheres, em muitos relatos, passaram a ter uma vida reprodutiva anestesiada dos prazeres carnis. No final do século XVIII, passou-se a pensar que *"a maioria das mulheres não se preocupava com sentimentos sexuais"*, ou seja, a presença ou ausência do orgasmo tornou-se um marco biológico da diferença sexual.

Assim LAQUEUR (2001) quer mostrar, com base em evidências históricas, que quase tudo que queira dizer sobre sexo já contém em si uma representação sobre o gênero. Vai ressaltar as contribuições feministas, no qual houve uma poderosa tendência de esvaziar o sexo de seu conteúdo, argumentando que as diferenças naturais são verdadeiramente culturais.

O autor ainda ressalta que não existe uma representação "correta" da mulher em relação ao homem e que toda a ciência da diferença é mal interpretada, pois houve uma considerável e frequente tendência misógina em grande parte das pesquisas biológicas com mulheres, e a história trabalhou claramente para "racionalizar e legitimar" as distinções não só de sexo, mas também de raça e classe.

Bem como as acadêmicas feministas tornaram claro, é sempre a sexualidade da mulher que está sendo constituída, a mulher é a categoria vazia. Só a mulher parece ter gênero, pois a própria categoria é definida como o aspecto de relações sociais baseado na diferença entre os sexos, onde o padrão foi sempre o homem.

LAQUEUR (2001) conclui que tanto o modelo de "sexo único" como o de "dois sexos" ou a afirmação que não há qualquer diferença sexual publicamente relevante, ou nenhum sexo, limitaram a interpretação dos corpos e as estratégias da política sexual durante uns dois mil anos.

### 3. Gênero

O uso do termo gênero foi usado pela primeira vez na Psicologia e Sexologia nos anos 1950 pelo psicanalista Robert Stoller. Stoller atendia e pesquisava casos de transexualidade e intersexos e usou o termo para distinguir sexo social do sexo anatômico (STOLCKE, 2004).

Assim, nos anos 1970, o termo foi escolhido pelas feministas para indicar que a subordinação e opressão das mulheres não estavam baseadas nas diferenças biológicas entre os sexos, que as identidades das mulheres são construções culturais, são variáveis e podem ser transformadas.

Desta forma, conforme STOLCKE (2004), no decorrer desta década vários estudos feministas foram desenvolvidos e recuperados com o intuito de teorizar sobre as origens da subordinação das mulheres como, por exemplo, os estudos de Rosaldo e Lamphère, Beauvoir, Millet e Greer.

Mesmo com enfoques diferentes, todos estes estudos procuraram situar a opressão das mulheres na cultura e na estrutura social, mas muitos acabaram reproduzindo as tendências universalistas e o determinismo biológico que pretendiam superar. Atribuía a subordinação das mulheres à questão biológica e seu papel na procriação e apontavam que as mulheres tinham um menor valor social nas hierarquias universais das esferas pública/doméstica, cultura/natureza, produção/reprodução, sem perceber que tais dicotomias não são universais (STOLCKE, 2004).

Posteriormente, os estudos das diferenças e desigualdades de gênero parecem liberar-se dos referenciais biológicos ao assumir – notadamente no campo da Antropologia - que nem todas as culturas representam da mesma forma a diferença entre os sexos e nem lhe atribuem a mesma importância social.

#### 4. Psicanálise e Gênero

Ao longo de sua história, a psicanálise pouco se debruçou sobre as questões de gênero (Lattanzio, 2011). É certo que o próprio Freud nunca chegou a usar o termo gênero e, inclusive, como aponta Laplanche (2003, p. 76), a língua alemã não permitia que ele o fizesse, dado que a palavra *Geschlecht* significa, ao mesmo tempo, “sexo” e “gênero”. Em alguns poucos momentos, no entanto, podemos inferir, de acordo com Laplanche, que Freud usou o termo *Geschlecht* referindo-se a gênero. É o caso, por exemplo, da hipótese feita por Freud (1908, p. 193) de um visitante de outro planeta que, ao chegar à Terra, imediatamente constataria a existência de dois “sexos”. Para Laplanche, é evidente que, nesse caso, a melhor tradução seria “gêneros”, pois o que impressionaria o visitante seriam os hábitos diferenciados dos homens e mulheres, e não seus órgãos genitais. Freud também escreveu o seguinte em sua conferência intitulada “Feminilidade”: “Quando encontram um ser humano, a primeira distinção que fazem é “homem ou mulher?”. (Freud, 1932, p. 114). Apesar disso, “em Freud, frequentemente, este questionamento é esquecido. A categoria de gênero é frequentemente ausente ou impensada”. (Laplanche, 2003, p. 77).

Para Freud, a existência dos dois gêneros ou sexos e suas resultantes diferenças psicológicas entre os indivíduos pertencentes a cada um deles se explicam a partir do recurso anatômico, ou seja, o gênero é construído através da percepção das diferenças anatômicas entre os sexos.

Freud ao longo de sua obra, discute através da sexualidade infantil, a constituição da masculinidade e da feminilidade. É possível reconhecer que o desfecho final da sexualidade na infância se aproxima muito da assumida pelo adulto (Freud, 1923). Para Freud a aproximação da vida sexual da criança e do adulto não se limita somente no surgimento da escolha de um objeto:

*“...a característica principal dessa ‘organização genital infantil’ é sua diferença da organização genital final do adulto. Ela consiste no fato de, para ambos os sexos, entrar em consideração apenas um órgão genital, ou seja, o masculino. O que está presente, portanto, não é uma primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia da fala.”* (Freud, 1923)

Para Freud (1923), no estágio de organização pré-genital sádico-anal não existe ainda a questão de masculino e feminino, mas sim a antítese entre ativo e passivo. Posteriormente em estágio seguinte da organização genital infantil, haverá a masculinidade, mas não a feminilidade. Apenas ao completar o desenvolvimento e entrar na puberdade que a polaridade sexual coincidirá com masculino e feminino: "*A masculinidade combina [os fatores de] sujeito, atividade e posse do pênis; e a feminilidade encampa [os de] objeto e passividade.*" (Freud 1923).

Freud em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905), destaca as diferenças entre instinto e pulsão, retirando desta última o caráter natural da sexualidade humana. O objetivo da pulsão é a obtenção de satisfação, admitindo, contudo, um objeto variável para o seu fim. Visa a diminuição das excitações do aparelho mental, vivenciadas como desprazerosas. A busca pelo objeto que atenda as demandas da pulsão é interminável e inalcançável, visto que o objeto almejado associa-se a um objeto que já foi perdido, mediado pelo desejo e inspirado nas primeiras experiências infantis.

É possível visualizar essa questão nos homens que frequentam o grupo, pois com frequência eles buscam encontrar em suas companheiras um objeto idealizado, que preenche as suas demandas afetivas. Quando são frustrados, disparam contra as mesmas a responsabilidade de suas frustrações, podendo acontecer assim algum tipo de violência.

Na fase fálica, pouquíssimas são as diferenças entre o menino e a menina. Nesta fase é que o menino descobre o poder de satisfação que seu pênis pode lhe ceder, portanto o manipula prazerosamente. As meninas comportam-se da mesma maneira, ativamente. Utilizam-se da atividade masturbatória com seu clitóris para a obtenção de prazer. Porém, no caso da menina, não será sempre assim. Com o passar do tempo, a feminilidade transfere grande parte de sua sensibilidade para a vagina, maneira mais passiva de se obter prazer. Felizados são os homens, que ainda continuarão a exercer a mesma atividade durante a maturidade (Freud, 1933).

Em primeiro momento, uma criança necessariamente toma como objeto de amor a figura materna. No que se refere aos meninos, a situação do complexo de Édipo é mais simples, pois a criança retém o mesmo objeto de

investimento do princípio ao fim do processo (Freud, 1925). No caso da menina se torna mais complexo, pois envolve uma troca de objetos, que vai da mãe para o pai. Freud diz que no que se trata do complexo de Édipo e da castração, o contraste existente entre ambos os sexos é evidente:

*"Enquanto, nos meninos, o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, nas meninas ele se faz possível e é introduzido através do complexo de castração. Essa contradição se esclarece se refletirmos que o complexo de castração sempre opera no sentido implícito em seu conteúdo: ele inibe e limita a masculinidade e incentiva a feminilidade. A diferença entre o desenvolvimento sexual dos indivíduos dos sexos masculino e feminino no estágio que estivemos considerando é uma consequência inteligível da distinção anatômica entre seus órgãos genitais e da situação psíquica aí envolvida; corresponde à diferença entre uma castração que foi executada e outra que simplesmente foi ameaçada." (Freud, 1925)*

O menino, ao notar os genitais femininos, lembra das diversas ameaças de castração dirigidas a ele por manipular seu órgão, e assim teme perder seu precioso instrumento. O complexo de Édipo é assim abandonado e um severo superego é instalado como seu substituto. O menino não podendo possuir a mãe, identifica-se com seu pai, desejando ser como ele para possuir sua mãe.

Já no caso da menina, o primeiro objeto de investimento, assim como já fora dito, também é a mãe. A menina ao perceber a diferença de anatomia para com os meninos, reconhece o valor do órgão ausente em si e torna-se vítima da inveja do pênis e assim culpa a mãe por tê-la desprovido de um. Surge então a raiva e a hostilidade frente à mãe. Desta maneira, a menina volta-se ao pai:

*"O desejo que leva a menina a voltar-se para o seu pai é, sem dúvida, originalmente o desejo de possuir o pênis que a mãe lhe recusou e que agora espera obter de seu pai. No entanto, a situação feminina só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê, isto é, se um bebê assume o lugar do pênis, consoante uma primitiva equivalência simbólica." (Freud, 1933)*

Portanto com o desejo de ter um pênis-bebê, a menina inicia o complexo de Édipo e a hostilidade perante a mãe se intensifica, uma vez que ela se torna uma rival bem sucedida da menina. A partir da descoberta da menina que é castrada, partem três linhas de desenvolvimento possíveis *"uma conduz à inibição sexual ou à neurose, outra, à modificação do caráter no sentido de um*

*complexo de masculinidade, a terceira, finalmente, à feminilidade normal"* (Freud, 1933).

Freud em seu texto feminilidade, sustenta a impressão mencionada na introdução deste texto, que era notável certa satisfação no sofrimento das mulheres:

*"A supressão da agressividade da mulheres, que lhes é instruída constitucionalmente e lhes é imposta socialmente, favorece o desenvolvimento de poderosos impulsos masoquistas que conseguem, conforme sabemos, ligar eroticamente as tendências destrutivas que foram desviadas para dentro. Assim, o masoquismo, como dizem as pessoas, é verdadeiramente feminino"* (Freud, 1933)

Freud, nos *Três Ensaio*s, define o masoquismo como aquilo que:

*"[...] abrange todas as atitudes passivas perante a vida sexual e o objeto sexual, a mais extrema das quais parece ser o condicionamento da satisfação ao padecimento de dor física ou anímica advinda do objeto sexual. [...] É freqüente poder-se reconhecer que o masoquismo não é outra coisa senão uma continuação do sadismo que se volta contra a própria pessoa...."*(Freud, 1905)

Para Freud, sadismo e masoquismo ocupam entre as perversões um lugar especial, já que o contraste entre atividade e passividade que jaz em sua base pertence às características universais da vida sexual, e, portanto, da subjetividade de qualquer sujeito.

Em *Uma Criança é Espancada* (1919), Freud descreve que as fantasias de espancamento surgem nas causas acidentais da primitiva infância e permanecem retidas com o propósito de obter uma satisfação autoerótica, podendo ser considerada como um traço primário de perversão. Assim, a perversão não é um fato isolado na vida sexual da criança, senão todo o contrário, ela encontra lugar entre os processos típicos de desenvolvimento, para não dizer normal, assim como já fora dito. A perversão infantil pode ainda vir a tornar-se base para a elaboração de uma perversão que tenha um sentido similar e que persista por toda a vida e consuma toda a sexualidade do indivíduo.

Essa fantasia de espancamento, como fantasia fundamental de todo indivíduo, que pode estar colocado na posição passiva, masoquista, ou ativa, sádica (na posição de sujeito ou de objeto) seria considerada o alicerce de toda

fantasia subjetiva, e não apenas dos perversos. Na origem, todos os sujeitos são perversos, e o complexo de Édipo é que vai, em sua função de normatização, socialização, de introdução da norma, da lei, fazer recalcar ou não as pulsões, tornando o indivíduo neurótico, ou não, dependendo da eficácia da incidência da norma imposta pela triangulação edípica.

Freud ainda em *Uma Criança é Espancada* (1919), diz que o sadismo é anterior ao masoquismo. A transformação do sadismo em masoquismo se dá através da influência do sentimento de culpa que participa do ato do recalque. Este sentimento de culpa se relaciona com a masturbação da primitiva infância e tem sua raiz calcada no Complexo de Édipo. De tal maneira que a origem das perversões infantis, de uma forma geral, seria provinda do complexo de Édipo. Assim, a repressão opera, aqui, de três modos:

*"torna inconscientes as conseqüências da organização genital, obriga essa organização a regredir ao anterior estágio sádico-anal e transforma o sadismo desse estágio em masoquismo, que é passivo e novamente, num certo sentido, narcísico. O segundo desses três efeitos torna-se possível pela fraqueza da organização genital, que deve ser pressuposta em tais casos. O terceiro torna-se necessário porque o sentimento de culpa faz tantas objeções ao sadismo, como à escolha objetual incestuosa, genitalmente concebida"* (Freud, 1919)

Posteriormente Freud diz em *Além do princípio do prazer* (1920) que existe um masoquismo primário, que é anterior ao sadismo, com a intenção de introduzir o conceito de Pulsão de morte. Tal tese é novamente confirmada em *O problema econômico do masoquismo* (1924).

Complementando a questão do masoquismo e do sadismo, Freud (1905) sustenta que:

*"A particularidade mais notável dessa perversão reside (...) em que suas formas ativa e passiva costumam encontrar-se juntas numa mesma pessoa. Quem sente prazer em provocar dor no outro na relação sexual é também capaz de gozar, com prazer, de qualquer dor que possa extrair das relações sexuais. O sádico é sempre e ao mesmo tempo um masoquista, ainda que o aspecto ativo ou passivo da perversão possa ter-se desenvolvido nele com maior intensidade e represente sua atividade sexual predominante."*

Portanto, esse sadomasoquismo é uma inter relação entre as duas posições, gerando assim uma relação de dominação/submissão. O sadismo, como foi dito, é o retorno da posição masoquista, há a identificação com o

outro na posição de sofrimento. Enquanto este goza infligindo o sofrimento, por se identificar com o objeto investido, o outro goza no desprazer provocado pelo outro. É assim como acontece em ambos os lados das relações conjugais, os homens gozam ao baterem identificando-se na posição que suas companheiras se encontram, e as mulheres gozam ao apanharem por estarem nesta situação de desprazer.

## 5. Masculinidades

A categoria gênero emergiu do campo da reflexão feminista que, tendo inicialmente voltado a atenção para o pólo feminino, passa, paulatinamente e com a consolidação teórica da categoria em seu aspecto relacional – relações de poder – e de construto social, a incorporar o pólo masculino em suas investigações. Assim, pesquisas recentes sobre temas antes considerados sob o ponto de vista da mulher passam a focalizar a face masculina, ampliando ainda mais a entrada dos homens como objeto de investigações. (COUTO & SCHRAIBER, 2005). Ao adotar o termo gênero, as feministas quiseram enfatizar o caráter relacional e político das definições normativas de feminilidade e masculinidade. Ou seja, as mulheres e homens, como sujeitos sociais, constituem-se reciprocamente e, portanto, ao invés de analisá-los separadamente, devemos situá-los nas relações sociais e de poder que os constituem.

Os primeiros trabalhos sobre homens e masculinidades que surgiram nos anos 1970, foram influenciados pelas críticas feministas. A maioria dos estudos sobre identidade masculina tinham seu foco na sexualidade (GARCIA, 2006).

Os estudos das masculinidades passam a apresentarnos anos de 1990, desenvolvimentos teóricos próprios. Nesta direção, destacam-se os estudos de KAUFMAN (1995), NOLASCO (1997), CONNELL (1995), ALMEIDA (1996), CORNWALL e LINDISFARNE (1996). De acordo com COSTA (2002), os estudos sobre masculinidades de Kaufman e Nolasco contêm pressupostos mais identitários e essencialistas, ao passo que os estudos de Connell e Almeida, além de outros, têm contribuído para matizar e superar tais pressupostos, aproximando suas análises das formulações de gênero mais modernas, como as de Butler, pois permitem um afastamento da noção de sexo biológico, entre outros aspectos.

KAUFMAN (1995), em seus estudos sobre masculinidades, procura mostrar que o poder pode ser fonte de dor, isolamento e alienação para os homens. O autor analisa as experiências contraditórias de poder entre os homens, procurando considerar o conceito de gênero e enfatizando as distinções de classe, raça, idade, etc. A teorização considera a

distinção entre sexo biológico e gênero socialmente construído e coloca que não existe uma só masculinidade, concordando que haja formas hegemônicas e subordinadas desta.

CONNELL (1995) desenvolveu um referencial para o estudo das masculinidades a partir de uma divisão entre padrão de masculinidade hegemônica e as masculinidades marginalizadas, subordinadas e cúmplices. Para o autor, a masculinidade hegemônica seria uma forma culturalmente idealizada de caráter masculino. E, sendo gênero relacional, a hegemonia masculina seria formada em relação às feminilidades subordinadas e masculinidades marginalizadas e é entendida como um padrão de práticas que possibilitou a dominação dessas últimas masculinidades e das mulheres. A ideia de uma hierarquia dentro das masculinidades cresceu diretamente a partir das experiências com o preconceito frente aos homens homossexuais dos homens heterossexuais.

Segundo CONNELL e MESSERCHMIDT (2013), o conceito de masculinidade hegemônica influenciou consideravelmente o pensamento atual sobre homens, gênero e hierarquia social. Tal conceito, formulado há mais de duas décadas, tem a origem em relatórios de um estudo de campo sobre desigualdade social nas escolas Australianas, em uma discussão conceitual relacionada à construção das masculinidades e à experiência dos corpos dos homens, e em um debate sobre o papel dos homens na política sindical Australiana.

O autor enfatiza que a masculinidade hegemônica não tem um caráter fixo, igual em qualquer tempo ou lugar. É uma masculinidade que ocupa a posição hegemônica em um dado padrão de relações de gênero, sendo uma posição sempre contestável. A masculinidade hegemônica não diz respeito a um estilo de vida, mas a configurações que formam as relações de gênero em uma dada sociedade. Novos grupos podem desafiar antigas soluções e construir nova hegemonia. A hegemonia está relacionada à dominância cultural da sociedade como um todo. O número de homens que rigorosamente praticam o padrão hegemônico de masculinidade inteiramente pode ser pequeno, mas a maioria dos homens usufrui dessa hegemonia, pois se beneficia do dividendo patriarcal da subordinação geral das mulheres (CONNELL, 1995).

Esses homens adotaram a masculinidade cúmplice. Foi nesse grupo, juntamente com as mulheres heterossexuais que o conceito de hegemonia foi mais eficaz. A hegemonia, apesar de ser sustentada pela força, não significa violência, mas sim ascendência alcançada pela cultura, das instituições e da persuasão (CONNELL e MESSERCHMIDT, 2013).

Em artigo posterior as suas primeiras publicações, CONNELL completa o que fora dito até então:

*"...as masculinidades hegemônicas podem ser construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real. Mesmo assim esses modelos expressam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos. Eles oferecem modelos de relações de gênero. Ademais, eles se articulam livremente com a constituição prática das masculinidade como formas de viver as circunstâncias locais cotidianas. Na medida em que fazem isso, contribuem para a nova hegemonia na ordem de gênero societal"* CONNELL e MESSERCHMIDT, 2013).

Para ALMEIDA (1996), que também se utiliza do conceito de masculinidade hegemônica, coloca que a mesma implica em um discurso que atribui aos homens privilégio potencial de dominação e de ascendência social. Seria um fenômeno do nível discursivo e do discurso em quanto prática, e que constituiria um campo de disputa de valores morais, em que a distância entre o que se diz e o que se faz é grande. Assim, o patriarcado seria uma ordem de gênero específica na qual a masculinidade hegemônica define a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas. Além disso, acredita que a masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal, e que, por isso, não é atingido por nenhum homem, mas, no entanto não deixa de exercer poder controlador sobre homens e mulheres. ALMEIDA (1996) afirma que a masculinidade hegemônica é um consenso vivido, e que as masculinidades subordinadas existem na medida em que estão contidas dentro da hegemonia, não são versões excluídas desta, existem potencialmente dentro deste modelo ideal de masculinidade. Tratando-se da negociação quotidiana, das interações carregadas de poder, das reformulações das narrativas de vida, que o gênero como processo e prática pode ser apreendido.

Masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de ação. Se assim não fosse, não seria possível se falar em várias masculinidades e nem

nas transformações de gênero. A relação entre feminino e masculino é uma relação assimétrica, desigual, o que se trata de uma forma de ascendência social que se reproduz na base de um processo de naturalização. O corpo é o lugar investido simbolicamente para confirmar esta ontologia (ALMEIDA, 1996).

Já CORNWALL e LIDSFARNE (1996), enfatizam na não exclusividade de somente uma masculinidade hegemônica em uma mesma sociedade. Dizem que existem vários modelos de masculinidade hegemônica que competem entre si e que produzem várias masculinidade subordinadas. Em contextos diferentes, distintas masculinidades hegemônicas são impostas, enfatizando certos atributos e negando outros.

Sendo assim, acerca da masculinidade hegemônica:

*"o conceito de masculinidade hegemônica pode ser útil aos estudos sobre masculinidades em determinadas sociedades, desde que não seja tomado como fixo, universal, auto-explicativo, identitário, o que colocaria o conceito em uma camisa de força pouco produtiva. Falarmos de masculinidade hegemônica seria também se referir à luta pela posição hegemônica, o que implica considerá-la como um padrão orientador exposto a disputas de poder" (COSTA, 2002).*

Assim, os estudos sobre masculinidades poderiam servir também como uma forma de mostrar outras perspectivas masculinas e de dar voz aos outros homens que, devido à sua raça, classe, orientação sexual, nunca ou pouco puderam contar suas histórias.

Sendo assim, COSTA (2002) considera que os estudos sobre masculinidades não devem constituir-se em um campo específico, mas fazer parte dos estudos de gênero como relacional, situacional, não-identitário, pois isto possibilitaria acessar a todas as mediações que existem entre os pólos homem/mulher – masculino/feminino e, dentro de cada um deles, o que possibilitará que as categorias de gênero, ao invés de fixas, sejam fluidas.

## **6.Psicanálise e masculinidades**

### **6.1 Narcisismo**

No artigo sobre o narcisismo (1914), Freud deixa claro a vinculação entre o desejo, por parte do indivíduo, pela manutenção de seu narcisismo - entendido como uma representação de uma vivência mítica originária na vida do bebê, de plenitude, onipotência, numa experiência de amor fusional vivida com a mãe -, e os mecanismos que o ego desenvolverá para a recuperação desta situação narcísica. A este momento inicial e mítico de experiência do ego, Freud denomina-o de ego-ideal. No processo de desenvolvimento, o ego, a fim de manter-se íntegro, deverá reprimir seus impulsos edípicos e agressivos, aceitando as imposições da cultura, o que implicará a renúncia ao ego ideal. A repressão pulsional, exercida por mecanismos que provêm do próprio ego, tem como finalidade a proteção deste, e é resultado do que Freud denominou de amor-próprio do ego. O ego "percebe" os riscos ao qual estará submetido caso rejeite as imposições da cultura, ou seja, o risco da castração, da perda do amor que ameaça sua integridade. Paradoxalmente, é preciso que o sujeito abra mão deste narcisismo originário a fim de manter sua integridade narcísica. Desta forma, o ser humano deve renunciar à sua completude narcísica e, ao fazê-lo, passará a realizar uma busca incessante a fim de recuperar seu narcisismo perdido.

O ideal do ego, é assim o substituto do narcisismo perdido na infância, diz Freud (1914), postulando a criação de "um agente psíquico especial (futuramente, em 1921, denominado superego), que realizará a tarefa de assegurar a satisfação narcísica proveniente do ideal do ego, medindo o ego real por aquele" (p. 112). Esclarece ainda que,"o ideal do ego desvenda um importante panorama para a compreensão de psicologia de grupo. Além de seu aspecto individual, esse ideal tem seu aspecto social, constitui também o ideal comum de uma família, uma classe, uma nação" (p. 119), dando-nos importantes subsídios para a compreensão da relevância dos ideais culturais sobre os padrões de comportamento de distintos grupos. A construção da identidade, resultante da interação do sujeito inicialmente com o ambiente familiar - permeada pela cultura - e posteriormente com o grupo cultural no qual está inserido, se dá com a introjeção das interdições e valores transmitidos por

estes dois grupos. Freud ainda adverte que a separação do ideal do ego, a partir do ego, impõe a este último um esforço considerável nesta busca de equiparar o ego a este ideal, afirmando que "há sempre uma sensação de triunfo quando algo no ego coincide com o ideal do ego" (p. 166). A partir disto, deduz-se que a distância experimentada entre o ego e seu ideal de ego, é vivida como fracasso e sentimento de inferioridade, como por exemplo, os homens ao serem confrontados com sua impotência real ante as demandas que lhes são impostas com base num referencial hegemônico de masculinidade (ser provedor, ser o chefe da casa, ter o controle sobre a mulher e filhos).

Assim como o ideal do ego diz respeito ao ego, a idealização diz respeito ao objeto, que é engrandecido às custas da libido narcísica do ego, que, ao realizar este processo, se enfraquece. A masculinidade hegemônica portanto, está intimamente ligada à idealização, à supervalorização e a um caráter ilusório, sendo assim, irreal e inatingível. Como descreve Freud em seu artigo Sobre o narcisismo: uma introdução (1914) e posteriormente em Psicologia de grupo e a análise do ego (1921), a idealização é um mecanismo que empobrece o sujeito, implicando perda de partes do ego do indivíduo, com base em um mecanismo pelo qual a libido do próprio ego é transferida para o objeto valorizado, podendo este ser os valores hegemônicos disseminados na cultura.

## 6.2 Violência e Psicanálise

Em 1912, Freud publica “Totem e Tabu”, uma tentativa de estruturar e descrever como se deu a organização da sociedade. Ele concebeu uma fantasia mitológica para as origens da humanidade com uma grande influência de Darwin: o mito do assassinato do pai da horda primitiva. Um macho poderoso detém todas as fêmeas e seus filhotes para si. Pai tirânico e violento monopoliza as mulheres e condena seus filhos à abstinência, à submissão e acaba por expulsá-los conforme eles crescem. Certo dia, os filhos que haviam sido expulsos retornam juntos, matam e devoram o pai, colocando assim um fim à horda patriarcal.

O pai violento e primevo fora sem dúvida o temido e invejado modelo de cada filho, e pelo ato de devorá-lo, evidencia-se a identificação que tinham com ele. O ato de ingeri-lo é um ato de incorporação.

Segundo Freud, a refeição totêmica, que posteriormente transfigurou-se em um sacrifício de um animal e sua ingestão, *“é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria uma repetição e uma comemoração desse ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas: da organização social, das restrições morais e da religião”* (FREUD, 1912).

Assim:

*“A fim de que estas últimas conseqüências possam parecer plausíveis, deixando suas premissas de lado, precisamos apenas supor que a tumultuosa malta de irmãos estava cheia dos mesmos sentimentos contraditórios que podemos perceber em ação nos complexos-pai ambivalentes de nossos filhos e de nossos pacientes neuróticos”.* (FREUD, 1912)

Os filhos ora odiavam o pai, que representava um obstáculo no anseio de poder e aos seus desejos sexuais, mas também se identificavam com ele, o admiravam e o amavam. Após se livrarem dele, satisfazendo seu ódio e posto em prática seus desejos de identificação, a afeição que a todo tempo estava recalçada, fez-se sentir sobre a forma de remorso. Essa nova atitude emocional, ainda em Totem e Tabu, deve também ter sido auxiliada pelo fato de que não se pode ter dado a satisfação completa àqueles que cometeram o ato. Nenhum dos filhos, na realidade, conseguiu tomar o lugar do pai, portanto, em certo ponto de vista, assassinaram o pai em vão.

Um sentimento de culpa surgiu derivado deste remorso que atingia todo o grupo. Assim bem como disse Freud *“O pai morto tornou-se mais forte do que fora vivo”*, pois o que até então fora interdito devido a real presença do pai, os filhos passaram a proibir. O pai enquanto vivo era a lei, e o pai depois de morto passou a ser o representante da lei. Os filhos:

*“Anularam a próprio ato proibindo a morte do totem, o substituto do pai; e renunciaram aos seus frutos abrindo mão da reivindicação às mulheres que agora tinham sido libertadas. Criaram assim, do sentimento de culpa filial, os dois Tabus fundamentais do totemismo, que, por essa própria razão, corresponderam inevitavelmente aos dois desejos reprimidos do complexo de Édipo”* (FREUD, 1912).

A cultura totêmica baseia-se nas restrições que os filhos tiveram de impor-se mutuamente, a fim de conservar esse novo estado de organização. Os preceitos do tabu constituíram os primeiros direitos ou leis. Portando quem infringisse esses tabus tornava-se culpado dos únicos crimes que a sociedade primitiva considerava, crimes que estão presentes em toda e qualquer sociedade humana, crimes contra as leis sagradas do sangue: o homicídio e o incesto.

Salienta René Girard (1998) *“Por onde a violência ardeu, levanta-se a interdição”*. A violência gerou a interdição, e a interdição é que instaura a ordem social. René Girard (1998), complementando sobre a interdição diz:

*“As interdições não são nada além da própria violência, toda a violência de uma crise anterior, literalmente congelada em que se produziu muralha levantada em toda parte contra o retorno do que ela própria foi. Se a interdição da provas de uma sutileza igual à da violência, é porque, em última análise, não é em nada diversa desta violência.”*

Freud corrobora com o último autor sobre a interdição: *“...Que poderoso obstáculo à civilização a agressividade deve ser, se a defesa contra ela pode causar tanta infelicidade quanto a própria agressividade!”* (Freud, 1930).

Ainda segundo Girard (1998):

*“A sexualidade faz parte da violência sagrada. As interdições sexuais, como todas as outras interdições, são sacrificiais: toda sexualidade legítima é sacrificial. Isto significa, literalmente, que não existe nem sexualidade legítima nem violência legítima entre os membros da comunidade. As interdições do incesto e as interdições referentes a qualquer assassinato ou imolação ritual no interior da comunidade têm a mesma origem e a mesma função.”*

Para Freud, os dois tabus do totemismo que a moralidade humana teve o seu início não são psicologicamente do mesmo nível. O primeiro deles, referente ao parricídio, a lei que protege o animal totêmico, fundamenta-se inteiramente em motivos emocionais: *“o pai fora realmente eliminado e, em nenhum sentido real, o ato podia ser desfeito.”* Já a segunda norma, a proibição do incesto, tem também uma grande base prática. Segundo Freud *“Os desejos sexuais não unem os homens, mas os dividem”* (FREUD, 1912).

Freud quer dizer com isso que embora os irmãos tenham se unido para depor o pai, eles são rivais uns dos outros. Cada um deles queria ser como o pai, o detentor de todas as mulheres. Porém a nova organização terminaria em uma luta de todos contra todos sem nenhum vencedor, pois entre eles não haveria um que predominasse em termos de força. Os irmãos então, não tendo muita alternativa, instauraram a lei contra o incesto, pelo qual todos, de igual modo, renunciavam às mulheres que desejavam e que tinham sido o principal motivo de se livrarem do pai.

Bem como já fora mencionado, o desenvolvimento bem-sucedido do menino se dá pela resolução do complexo de edípico culminando com a identificação deste com seu pai, ao ver a impossibilidade de possuir sua mãe como objeto exclusivo de amor. O menino passa a querer ser como seu pai, fonte admiração e temor, para ilusoriamente conquistar sua mãe, assim como a malta de irmãos em Totem e Tabu. O pai, objeto ambivalentemente amado, reside em uma posição almejada dos filhos, torna-se objeto de idealização. O modelo de idealização paterna é equiparável à masculinidade hegemônica, posição também almejada e igualmente inalcançável.

Sendo assim, o pai da horda nada mais é do que o modelo ideal de masculinidade hegemônica disseminado na cultura. Modelo que tende a se distanciar da realidade dos homens na contemporaneidade, causando crise por falta de referência e podendo ocasionar a violência.

## 7. DISCUSSÃO

A participação dos homens no grupo reflexivo para os homens autores de violência contra a mulher funciona por recomendação jurídica, ou seja, o término do processo grupal de 16 encontros pode vir a se tornar um atenuante na sua pena, caso o réu seja considerado culpado. Sendo assim, os participantes do grupo mesmo tendo a opção de não participar da proposta, não vão também de livre e espontânea vontade. O grupo é aberto, os participantes chegam em distintos momentos. Enquanto alguns já estão finalizando o processo, outros acabam de adentrar, enriquecendo assim a dinâmica, por combinar elementos catárticos e revoltosos dos homens que estão no início, com a experiência de reflexão e o vislumbamento da questão da violência e da masculinidade uma maneira mais ampla e rica dos homens que estão acabando o processo grupal.

Como acabei de introduzir, o primeiro contato dos homens com o grupo é bastante hostil, estão muito resistentes. Seu discurso é agressivo e expressa toda a sua revolta por estarem lá presentes. É principalmente nesse contato inicial que se dá a catarse. Xingam e colocam suas companheiras ou ex-companheiras nas posições mais perversas possíveis. Os homens queixam-se de nunca serem ouvidos, e lá é oferecido a eles esse espaço. Geralmente jogam a culpa na mulher, na qual provocou a situação, não foi compreensiva com suas dificuldades, o agrediu e o que ele fez foi somente uma resposta à sua agressão inicial. Percebe-se claramente uma naturalização da violência, que a princípio é atribuída aos seus "instintos" masculinos, à testosterona, ou a ingestão de álcool e outras drogas, uma desresponsabilização.

Parece que o grupo é separado por três momentos: o momento inicial, que é o da catarse, no qual ele acha que o problema com sua companheira é algo genuinamente dele, isolado e descontextualizado. O segundo momento, em que há através do compartilhamento das angústias, percebem-se que os outros homens do grupo compartilham das mesmas questões, e assim abre espaço para as identificações. No terceiro momento percebe-se que é um problema fruto de um contexto histórico e social, que se articula com o funcionamento da sociedade. Nesse momento, principalmente através das identificações com os outros homens participantes do grupo e também para

com os facilitadores, o homem passa a se responsabilizar sobre o ato que cometeu, entendendo o fenômeno por outro prisma e já articula maneiras não violentas para a saída dos conflitos.

Portanto, um dos principais focos deste serviço seria a “responsabilização” pelo ato violento que acontecera, pois observa-se no grupo assim como já fora dito, que muitos homens não assumem essa responsabilidade principalmente no início do processo, e dão justificativas como: *“Ela pediu, me provocou, ela é a culpada!”* ou *“a culpa foi da bebida. Bebi muito e fiquei incoseqüente, corajoso. Nunca bateria nela se estivesse sóbrio!”*.

Winnicott (1987) diz que *“de todas as tendências humanas, a agressividade em especial, é escondida, disfarçada, desviada, atribuída a agentes externos e quando se manifesta é sempre tarefa difícil identificar suas origens”* (p.89). Os homens presentes demonstram isso explicitamente. A responsabilidade do evento violento é quase unanimemente atribuída a agentes externos (mulher, ex-mulher, namorada, ex-namorada), somente com o decorrer da dinâmica do grupo é que o processo de responsabilização vem à tona.

Mas para os coordenadores do grupo, o que é mais evidente nos homens autores de violência contra a mulher é o sentimento de impotência masculina na contemporaneidade frente as mudanças históricas. Sempre relatam: *“com meu avô era assim, com meu pai foi assim, e porque só comigo que não pode ser?”* ou *“essas mulheres estão se achando agora! Só porque estão trabalhando de igual para igual com os homens elas acham que tem mais direito do que nós!”*. É bastante perceptível o relato da eclosão de um conflito quando o homem saiu de seu principal papel social que é de ser provedor material. Vários são os casos em que conflitos se iniciam após a perda de emprego do homem. Eis uma história bastante significativa: *“Ela chegou a perder o emprego algumas vezes...normal...mas quando perdi o meu e demorei para arrumar outro, ela não compreendeu. Éramos casados por 25 anos, temos um filho de 11. O que aconteceu foi o seguinte: perdi meu taxi pelo excesso de multas e fiquei sem trabalhar. Ela, que é gerente de uma loja, continuava trabalhando. Ela saía cedo de casa e me via no sofá. Eu ficava a*

*tarde inteira procurando emprego. Dai ela voltava de noite e me via no sofá de novo. Gritava comigo dizendo que eu era vagabundo e que não queria trabalhar, e que só o que fazia era ficar no sofá. Até a entendia....porque quando ela saía, eu estava no sofá, quando voltava também estava no sofá, mas ela não sabia o que eu fazia durante esse intervalo de tempo! Pouco brigamos durante esses 25 anos de casamento, mas foi só eu deixar de levar dinheiro pra casa ela dizia que eu era vagabundo, imprestável, e que eu deveria sair de casa. Eu devolvia, xingava ela também. Nunca encostei a mão nela, embora algumas vezes tenha passado por pouco. Chutava portas, esmurrava armários, quebrava pratos para não bater nela. Até que um dia ela me chamou de vagabundo e me mandou sair de casa, apontando para a porta de nosso apartamento. Eu respondi que se eu saísse pela porta ela sairia pela janela. Umas duas horas depois, enquanto tirava um cochilo, a campainha tocou. Eram dois policiais que me procuravam dizendo que foram convocados para me conduzir à delegacia. Não sabia o que estava acontecendo. Cheguei na delegacia e o delegado logo me recebeu com "é você que bate em mulher?" Neguei, porque nunca fiz isso. Mas ela abriu um B.O. dizendo que a ameacei de morte e devido aquela maldita Lei Maria da Penha não posso mais voltar para casa e nem me aproximar 200 metros de minha mulher. Esse dias tive dormir em um albergue cheio de mendigos! Ela não foi compreensível comigo! Eu já estava mal por estar desempregado e ainda sim ela não parava de jogar isso na minha cara! Ela quando estava desempregada era dona de casa, agora eu desempregado sou vagabundo?"*

Este breve relato evidencia a lógica patriarcal vigente na ideologia de nossa sociedade. A partir do momento em que ele saiu de sua posição social esperada, o conflito se instaurou. Segundo este participante do grupo, durante o casamento eles brigaram pouco, pois ambos cumpriam seus determinados papéis, ela sempre fora uma boa mãe, e ele um bom provedor. Percebe-se que os homens carregam um grande peso por arcarem sozinhos com a responsabilidade de provedor, pois os rígidos e tradicionais papéis encontram pouco espaço no atual contexto histórico.

Segundo KIMMEL e KAUFMAN (1995), existe uma crise na masculinidade contemporânea, e esta tem origens nas transformações globais

econômicas e geopolíticas que se abateram inicialmente sobre os Estados Unidos desde o século XX. Tais reestruturações promoveram uma reformulação nas definições tradicionais da masculinidade, sobretudo as que se referiam ao controle masculino sobre o mercado de trabalho e as posições dos homens brancos nesse contexto. O avanço dos movimentos feministas e gays nos anos 1960, associados ao movimento dos direitos civis, também contribuíram para uma desestabilização na visão dominante de que a arena pública e o mercado de trabalho eram de exclusivo controle daquele grupo. Para esses mesmos autores, a crise nos papéis masculinos pode ser explicada pelo afastamento da maioria dos homens do padrão original percebido e legitimado como socialmente hegemônico.

MEDRADO E LYRA (2003), colocam que para compreender a violência de homens contra as mulheres, a partir da perspectiva de gênero, é preciso incluir análises sobre os processos de socialização masculinas e os significados de ser homem em nossa sociedade, na qual são educados para reprimir suas emoções, sendo a agressividade, incluindo a violência física, formas geralmente aceitas como marcas ou provas de masculinidade.

Para SCHIRAIER *et al* (2005), mantém-se alta conexão entre ser agressor e ser homem pela alta frequência que isso ocorre. Em outras palavras, seria melhor dizer que há grande conexão entre ser homem e apresentar comportamento violento. Essa maneira de entender a violência faz parte da identidade masculina. Os homens em nossa sociedade tem a masculinidade hegemônica como referência, portanto valores tais como força, virilidade, responsabilidade, ser provedor material e moral de casa, estão ancorados nesta maneira de ser homem. A tensão entre o que se é e o que se pretende ser pode gerar violência nas relações entre os homens e entre os homens e as mulheres. O distanciamento do modelo dominante faz o homem sentir-se ameaçado em seu poder por apresentar características femininas, tidas como de menor valor social.

Portanto, o recurso à violência não seria simplesmente um elemento constitutivo da relação afetivo-conjugal. Sua emergência responderia à necessidade masculina de re-colocar elementos associados à honra, autoridade e poder na relação quando esta é questionada ou está em crise.

Para o homem, a violência seria uma possibilidade de resposta à demanda de desempenho de seu papel social. Neste sentido, ser violento é ser "homem".

Percebe-se que no grupo, a maioria dos homens encontram-se distantes do que considera-se ser a masculinidade hegemônica. Não são mais os detentores totais da moral e da honra familiar, assim como dos recursos financeiros. Sentem que as mulheres tornaram-se uma ameaça ao entrar no mercado de trabalho, pois assim empoderadas, os retiram de sua posição de autoridade. Percebe-se que os homens associam o padrão hegemônico à idealização paterna, posição também inalcançada e inatingível. É frequente os participantes do grupo ao falarem do que é ser o suposto "homem ideal", remeterem ao seu pai.

A masculinidade hegemônica, principal referência de masculinidade na sociedade ocidental, é o ideal de ego masculino, ideal este que além de abarcar o aspecto individual, abarca o aspecto social, constituindo também o ideal comum de uma família e de uma nação. Sendo assim, a distancia experienciada de seu ego para com seu ideal de ego é vivida como fracasso, como impotência frente seu papel masculino e a violência é entendida como tentativa de uma retomada de seu poder originalmente perdido.

Mesmo com significativas mudanças na prática, percebe-se que no imaginário social esses padrões ainda se mantêm. Nos filmes, novelas, programas de televisão e até em desenhos animados ainda existe uma reprodução desses padrões históricos de gênero, no qual induz homens e mulheres desde a infância a seguirem determinados papéis dicotômicos que os definem, papéis esses pouquíssimos flexíveis e essencializantes.

Não somente em seus discursos, mas também em atividades feitas com os homens revelam esses padrões. Atividades de colagem, por exemplo, pedindo para os participantes do grupo procurarem em revistas para recortarem e colarem em cartazes o que é ser homem e o que é ser mulher revelam a rigidez dos padrões. A figura do homem ideal é sempre associada ao homem imponente, forte e bem decidido. Já a figura feminina é tida como vaidosa, dispendiosa e atrelada à maternidade. São papéis bem inflexíveis e dicotômicos. Ou o homem é trabalhador, ou vagabundo. A mulher ou é santa

ou puta. O homem é atrelado e definido principalmente na sua produção, em sua força de trabalho, a mulher controlada por sua sexualidade.

O relato de um homem exemplifica a relação em trabalho e gênero: *"Minha mulher é vendedora e ganha por comissão, então o salário dela varia todo mês. Eu não, sou assalariado e costumo ganhar mais do que ela. Acontece que vez ou outra, quando ela vende bastante ela acaba ganhando mais do que eu. Quando isso acontece eu pego minha moto e vou trabalhar às noites entregando pizza. Eu não to precisando de grana, to cansado, pois trabalho bastante e tenho que acordar cedo. Mas faço isso só para me sentir confortável. O fato dela ganhar mais do que eu faz com que eu me sinta mal...da até uma pontada de humilhação. E isso porque ela nunca jogou na minha cara esse fato, faço por mim mesmo, me sinto bem assim. Acho que eu até deveria me sentir bem por ela ganhar mais do que eu de vez em quando, pois pode ajudar mais nas contas. Mas não é assim que eu vejo...prefiro que ela ganhe menos."*

Esse relato mostra o quão dependente o homem é em relação à sua produção. Ele é o que ele faz, seu trabalho e o sustento proveniente deste é o que o define. É frequente ouvirmos: *"Homem que não trabalha não é homem, é um nada"*. Em um filme educativo intitulado "Homem.com.h", produzido pela instituição ECOS, que de costume é passado nos grupos, o protagonista principal diz: *"Ser homem se resume a ter pinto e dinheiro"*. Essa frase é fruto de muita identificação por meio dos participantes, pois representa as instâncias mais importantes na vida de um homem em uma sociedade patriarcal: seu trabalho e sua virilidade. Um homem que tanto se afasta de seu ideal de ego não se vê como sujeito, não se reconhece na distância entre a realidade e o seu desejo, torna-se um nada.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com este trabalho pode-se considerar através dos relatos dos homens autores de violência contra a mulher, que no atual contexto sócio-histórico, com o avanço dos direitos das mulheres e principalmente sua emancipação no mercado de trabalho, experiencia-se uma maior dificuldade de aproximação da masculinidade hegemônica, modelo este tido como ideal de ego masculino, o que se associa ao modelo ideal de referência paterna, posição almejada igualmente inalcançável e inatingível.

O ideal do ego comporta não somente o aspecto individual, mas também o ideal de uma sociedade e de seus valores. A construção da identidade, resultante da interação do sujeito com o ambiente familiar juntamente com o grupo cultural no qual está inserido, se dá com a introjeção das interdições e valores transmitidos por estes grupos, podendo ser estes os valores hegemônicos disseminados na cultura. Sendo assim, a distância experimentada entre seu ego para com seu ideal de ego, faz com que o indivíduo sinta-se fracassado e inferiorizado, sendo a violência uma tentativa de retomada de seu poder originalmente perdido.

Os papéis de hegemonia masculina sempre foram associados ao provedorismo material e moral de casa. Essas funções aos poucos foram sendo diluídas na família, a mulher empoderada, e o homem desapropriado dos papéis que o constituíam sua identidade. Percebe-se que essas figuras parentais estão em rearranjo e que isso provoca um sentimento de angústia e desamparo no homem.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. V. de **Gênero, Masculinidade e Poder: Revendo um Caso do Sul de Portugal**. In Anuário Antropológico, p. 161-189, 1996.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, R. **Masculinities**. California: University of California Press, 1995.

CONNELL, R. W., MESSERCHMIDT, J. W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Estudos Feministas, v.21, n.1, p. 241-282, 2013.

CORNWALL, A.; LINDISFARNE, N. Dislocating masculinity. Gender power and anthropology. In: CORNWALL, A.; LINDISFARNE, N. (Ed.). **Dislocating masculinity**. Comparative Ethnographies. London: Routledge, 1996.

COSTA, R. G. Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. In ALMEIDA, H. B. (coord.) **Gênero em Matizes**. Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais. Bragança Paulista, p.412, 2002.

COUTO, M. T., SCHRAIBER, L. B. Homens, Saúde e Violência: novas questões de gênero no campo da Saúde Coletiva. In MINAYO & COIMBRA JR. (orgs.) **Críticas e Atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina**. São Paulo: Editora Fiocruz, 2005.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**, in . O. C., v. VII, 1905, Rio de Janeiro, ed. Imago, 1999.

FREUD, S. **Sobre as teorias sexuais das crianças**. SE, v. IX, 1908, ed. Imago, 1999.

FREUD, S. **Totem e Tabu**, in O. C., v. XIII, 1912, ed. Imago, 1999.

FREUD, S. **Sobre o narcisismo: uma introdução**, in O. C., v. XIII, 1913, ed. Imago, 1999.

FREUD, S. **Uma criança é espancada**, in . O. C., v. XVII, 1919, Rio de Janeiro, ed. Imago, 1999.

FREUD, S. **Além do princípio de prazer**, in . O. C., v. XVIII, 1920, Rio de Janeiro, ed. Imago, 1999.

FREUD, S. **Psicologia de grupo e a análise do ego**, in . O. C., v. XVIII, 1921, Rio de Janeiro, ed. Imago, 1999.

FREUD, S. **A organização genital infantil**, in . O. C., v. XIX, 1923, Rio de Janeiro, ed. Imago, 1999.

FREUD, S. **O problema econômico do masoquismo**, in . O. C., v. XIX, 1924, Rio de Janeiro, ed. Imago, 1999.

FREUD, S. **Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos**, in . O. C., v. XIX, 1925, Rio de Janeiro, ed. Imago, 1999.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**, in . O. C., v. XXI, 1930, Rio de Janeiro, ed. Imago, 1999.

FREUD, S. **Feminilidade**, Conferência XXXIII, in . O. C., v. XXII, 1933, Rio de Janeiro, ed. Imago, 1999.

GARCIA, S. **Homens na Intimidade. Masculinidades Contemporâneas**. Ribeirão Preto : Holos, Editora, 2006.

GIRARD, R. **A violência e o sagrado**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, 410p.

LAPLANCHE, J. **Le genre, le sex, le sexual**. In: Chabert, C. (org.) *Sur la théorie de la seduction*. Paris: Édition In Press

LATTANZIO, F. F. **O lugar do gênero na psicanálise: da metapsicologia às novas formas de subjetivação**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

KAUFMAN, M. Los hombres, el feminismo y las experiencias contradictorias del poedentre los hombres. In: ARANGO, L. G.; LEÓN, M.; VIVEROS, M. (Comp.). **Género e identidade. Ensayos sobre lo femenino y lo masculino**. Bogotá: TM, 1995.

KIMMELL, M. S., KAUFMAN, M. Weekend warriors: the new men's movement. Profeminist men respond to the mythopoetic men's movement (and the mythopoetic leaders answer). In: (Org.). **Politics of manhood**. Philadelphia: Temple University Press, 1995.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

MEDRADO, B.: LYRA, J. Noshomens, a violência de gênero. In BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

PLATÃO. **O Banquete: ou do amor**. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1989.

SCHRAIBER, L. B., D'OLIVEIRA, A. F. P.L., FALCÃO, M. T. C. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

STOLCKE, V. **La mujer es puro cuento: la cultura del género**. Estudos Feministas, v.12, n.2, p.264, 2004.

WINNICOTT, D. W. (1939). Agressão. In D. W. Winnicott **Privação e delinqüência**. São Paulo: Martins Fontes, 1999